

# **A contribuição da educação infantil para a aprendizagem e o desenvolvimento da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA)**

Alice Silva de Sena França <sup>1</sup>  
Tícia Cassiany Ferro Cavalcanti <sup>2</sup>

## **Resumo**

Este artigo é resultado de uma pesquisa elaborada para investigar as contribuições da educação infantil para as crianças autistas. O objetivo geral foi analisar os benefícios da inclusão e da participação da criança autista na fase da educação infantil e refletir sobre os entraves que ainda interferem neste processo. Nosso referencial teórico se baseou em autores que abordam sobre a temática do autismo, assim como teóricos voltados para a área da educação que abordam o autismo no contexto escolar, foram citadas também, leis que fundamentam e regularizam a inclusão nas escolas. A metodologia foi de abordagem qualitativa e para a pesquisa, realizou-se uma revisão bibliográfica, a partir de artigos contidos nas bases de dados Google Acadêmico e Scielo, analisando as produções de 2015 a 2023 sobre o tema. Buscou-se utilizar pesquisas que tivessem sido realizadas através de estudos de caso, já que neste trabalho foi buscado evidenciar o desenvolvimento da criança autista e os entraves que não permite a educação ser de fato inclusiva. Os estudos mostram que ainda há entraves que são relevantes para a continuação do quadro, assim como foi possível evidenciar que, após estímulos necessários, é possível perceber progresso no desenvolvimento da criança autista na educação infantil

**Palavras-Chave:** inclusão escolar; educação infantil; autismo.

## **1 Introdução**

A presente pesquisa teve como objetivo analisar os benefícios da inclusão de crianças com TEA (Transtorno do Espectro Autista) no ambiente escolar, tendo como ponto de partida a educação infantil; fase essa primordial para um desenvolvimento sólido e efetivo na vida educacional de um indivíduo. Ademais, foi de suma importância, também, o olhar diante dos entraves que ainda permeiam esse tema.

A princípio, é relevante abordar como é entendido o autismo a partir da DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - 5ª Edição), que caracteriza o transtorno como déficits na comunicação e na interação social observado em

---

<sup>1</sup> Concluinte do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco. [alicesenna61@gmail.com](mailto:alicesenna61@gmail.com)

<sup>2</sup> Professora do Departamento de Psicologia, Inclusão e Educação (DPSIE), Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco. [ticia.cavalcante@ufpe.br](mailto:ticia.cavalcante@ufpe.br)

diferentes contextos, como na reciprocidade, já que o indivíduo tem dificuldade em iniciar e manter laços afetivos.

De acordo com o manual supracitado, além da escassez na socialização, percebe-se também padrões restritivos e repetitivos, sendo de comportamento, interesses ou atividades, que podem se manifestar a partir da primeira infância, podendo ser percebido facilmente ao atentar-se a brincadeiras, como: alinhar objetos ou ficar rodando-os. Essas repetições acontecem, também, na etapa verbal, na qual o sujeito verbaliza as mesmas frases frequentemente, ou aborda os mesmos assuntos com uma alta taxa de frequência.

O termo denominado como autismo foi usado pela primeira vez pelo psiquiatra Eugene Bleuler em 1911. Termo esse designado para representar a perda de contato com a realidade e a dificuldade ou impossibilidade de se comunicar (AJURIAGUERRA, 1977). Desde então, estudiosos e entidades da saúde começaram a investigar profundamente sobre tal transtorno.

Após anos de investigação e estudos referente ao surgimento e formas de tratamento do autismo, percebe-se que já houve grandes avanços, nesse campo, como a busca por tratamentos adequados e eficientes, inclusão nas escolas, estudos centrados em encontrar melhores métodos de ensino, dentre outros enfrentamentos para que esse público tenha de fato qualidade de vida e equidade diante da sociedade.

Porém, mesmo após tantos avanços e estudos especializados, ainda é observado que é preciso muito para que esse público consiga de fato ter acesso a atendimentos terapêuticos que lhes são necessários e a uma educação que seja inclusiva, colocando-os na posição de protagonistas dentro da sala de aula.

Dessa maneira, após essas inquietações, é relevante abordarmos sobre a inclusão de pessoas autistas na sociedade e principalmente no ambiente escolar, lugar esse, que é primordial para o desenvolvimento integral em suas múltiplas dimensões. A escola é o lugar onde é proposto grandes estímulos a esse público, já que, é no meio escolar que a criança inicia sua vida em sociedade, fazendo trocas, criando laços afetivos, aprendendo coisas novas e adentrando no mundo do conhecimento, seja ele formal, com o adulto como mediador no processo de ensino-aprendizagem, ou informal, nos momentos de interação com os seus pares.

É de suma importância, então, que a educação na primeira infância para as crianças com autismo seja efetiva e que esse público venha a ter uma inclusão propriamente dita. Para que isso aconteça, é papel do professor criar oportunidades para a inserção desse público em suas aulas, métodos e práticas que deixe um ambiente seguro e apropriado para o bem-estar desse estudante. Portanto, iniciará o processo de

aprendizagem, o qual o professor também será referência e modelo para a aquisição, que vai além da escrita, conhecimento de letras ou números.

Também é necessário que o docente conduza a criança autista a desempenhar suas competências que estão sendo desenvolvidas e instigar as que a criança já exerce, estimulando o pensamento abstrato e conceitual. A escola, como instituição de ensino, deve, então, dispor de vários elementos didáticos para atingir essas crianças, assim como julga a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (lei n. 9.394, BRASIL, 1996) que deve ser assegurado currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às necessidades de cada indivíduo.

Ao entender as demandas que ainda carecem de soluções, compreende-se que a aprendizagem das crianças autistas na educação infantil é fundamental e necessária para promover estímulos importantes para o seu crescimento. O início da aprendizagem nesses indivíduos se dá a partir da observação do professor, ele que reconhecerá suas habilidades e as que ainda serão necessárias adquirir.

Dado esse cenário, esta pesquisa foi motivada por experiências vivenciadas em uma escola da rede privada na cidade do Recife, por meio de um trabalho formal. Durante esse período, foi crucial observar os benefícios da frequência escolar das crianças com autismo na educação infantil e a importância das experiências proporcionadas nesta fase para o seu desenvolvimento integral.

## **2 Referencial Teórico**

### **2.1 Autismo**

O autismo, assim como já citado, é um transtorno complexo do desenvolvimento, no qual percebe-se atrasos significativos na interação, cognição e linguagem (DSM-5 - Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - 5º Edição). Dessa forma, de acordo com o CID - 10 (Classificação Internacional de Doenças) o autismo é considerado um transtorno do desenvolvimento. Tamanaha, Perissinoto e Chiari (2008), caracterizam os Transtornos Globais do Desenvolvimento, como:

[...] Os Transtornos Globais do Desenvolvimento são classificados como um grupo de alterações, caracterizadas por alterações qualitativas da interação social e modalidades de comunicação, e por um repertório de interesses e

atividades restrito e estereotipado. Essas anomalias qualitativas constituem uma característica global do funcionamento do indivíduo. (Tamanaha, Perissinoto; Chiari, 2008, p.4):

A partir de estudos, o autismo passou a ser considerado como uma pluralidade de sintomas, passando a ter diversos funcionamentos e desenvolvimentos, sendo observado de diferentes formas clinicamente falando. Essas variações são chamadas de níveis de suporte, que diferem muito de indivíduo para indivíduo, podendo apresentar características distintas ou bem semelhantes uns dos outros. A DSM-5 (2013) destaca os 3 níveis de gravidade do TEA, que estão destacadas no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1: Classificação do Transtorno do Espectro Autista.

Gravidade do TEA	Comunicação social	Comportamentos repetitivos e interesses restritivos
Nível 3 - requer suporte intenso	Graves déficits na comunicação verbal e não verbal; interações sociais bastante limitadas.	Preocupações e comportamentos repetitivos; intenso desconforto quando rotinas ou rituais são quebrados.
Nível 2 - requer suporte grande	Graves déficits na comunicação, mesmo que com suporte. Observa-se respostas reduzidas e limitadas.	Preocupações e interesses fixos; desconforto e frustrações visíveis quando rotinas são quebradas.
Nível 1 - requer suporte	Dificuldades em iniciar relações sociais e descontinuidade dessas relações.	Rituais e comportamentos repetitivos interferem em vários contextos; resiste às tentativas de interrupções dos rituais.

Fonte: Assumpção Jr e Kuczynki (2018, p. 26)

O DSM-5 considera, portanto, que o autismo pode se apresentar em diferentes níveis de suporte, que pode ser avaliado de acordo com a comunicação, os padrões repetitivos e restritivos, e a capacidade cognitiva. Essas diferenciações que são constatadas em cada indivíduo com autismo, são designadas como espectro. Diante

disso, Brasil (2022) afirma que o nome espectro é dado justamente pelas características e situações muito diferentes umas das outras, que é percebido de um nível de suporte 1 ao nível de suporte 3.

Segundo Bosa (2000), as crianças autistas apresentam por vezes inaptidão para estabelecer relações e vínculos com o outro, um atraso considerável na aquisição da linguagem e, quando é desenvolvida, é incapaz de apropriar-se como comunicação funcional. Vale ressaltar que tais características não são via de regra, já que cada pessoa dentro do espectro possui suas próprias individualidades, limitações e habilidades em determinadas áreas.

De acordo com Lorna Wing (1988), as limitações que são identificadas neste grupo possui três áreas de domínio: a Área Social, a da Linguagem e Comunicação e a do Comportamento e Pensamento. Estes comprometimentos, de acordo com Baptista e Bosa (2002, p.34), podem até não ser separáveis, no qual foi chamado de tríade por Lorna Wing, mas que é possível identificá-los em variadas intensidades.

Na área social é possível perceber algumas dificuldades do autista com relacionamentos, isso porque há uma grande dificuldade em entender o que os outros sentem, pensam e reagem. É importante ressaltar que há alguns desafios quanto à compreensão de regras sociais, como também, é possível identificar algumas limitações, como não se relacionar com contato visual ou expressões faciais. Ademais, esse público preza por um seguimento de rotina predominante, que quando é quebrado altera consideravelmente sua organização interna, podendo assim, haver momentos de inquietação, irritabilidade e estresse.

Baptista e Bosa (2002) destacam ainda que, por vezes, a ausência de respostas dessas crianças dá-se à falta de compreensão de estímulos, ou seja, das perguntas que são lhes feitas. Por isso, são necessárias a utilização de perguntas curtas e direcionadas.

Na área da comunicação e linguagem, há também alguns déficits que são evidenciados tanto no público verbal, como no público não verbal. Nesses dois públicos, é possível encontrar padrões curtos de comunicação, sendo de forma repetitiva e estereotipada, diferenciando-se entre as intensidades, dificultando assim, a esquematização de uma conversação.

De acordo com Lamônica (1992), a maioria das crianças que falam, apresenta ecolalia, que podem elencar-se em dois tipos: na ecolalia imediata e na ecolalia mediata. Na ecolalia imediata, a criança repete quase que instantaneamente o que tem escutado de outra pessoa. Lamônica (1992, p.3) afirma que essa ecolalia se dá pela falha de

compreensão do que lhe está sendo dito e quando é repetido o que está ouvindo, há uma possibilidade de compreensão. Já a ecolalia mediata, a criança demora um pouco mais para repetir o que escutou, podendo essa, ser uma intenção da criança autista manter a interação social, já que seu repertório verbal é limitado.

A terceira área afetada pelo Transtorno do Espectro Autista (TEA) é a do comportamento e pensamento, já que esse público, apresenta também, limitações na imaginação, impossibilitando ou dificultando a vivência de brincadeiras e jogos que usem a imaginação, já que alguns desses, não fazem sentido algum para esses indivíduos. Assim, é necessário também pensar em técnicas pedagógicas que tornem o objeto de aprendizagem mais concreto, para que, dessa forma, possa acontecer a aprendizagem.

Observa-se ainda o comportamento ritualista, havendo sempre a necessidade de realizar atividades através de rituais, como por exemplo, a presença de rotinas sendo executadas sempre do mesmo jeito, o que facilita a compreensão e realização de tais atividades. Ao sair da rotina, faz-se necessário, a antecipação com fotos e conversa do programa que será realizado, que é uma forma de previsibilidade, facilitando o entendimento e a adaptação na atividade que será realizada.

Dessa forma, é importante observarmos que a escola é um grande centro de interação, no qual o adulto deve ser um mediador dessa criança, criando possibilidades de comunicação, interação e criação de vínculo entre a criança e os seus colegas, oportunizando momentos de fala com modelos de frases simples e direcionando nos momentos de brincadeiras livres.

Assim, são estimuladas e desenvolvidas habilidades em contextos naturais, para que facilite a aprendizagem de competências para a vida social deste indivíduo.

## **2.2 A aprendizagem da criança autista e a educação infantil**

Cada indivíduo possui uma forma particular de aprender. Por isso, é imprescindível o olhar sensível desse educador diante de cada forma de aprendizagem ou até mesmo de dificuldade, para que esse educando consiga apoio de acordo com o seu estilo de aprendizagem. Esse estilo de aprendizagem pode variar de indivíduo para indivíduo. Alguns podem aprender mais através da linguística, necessitando estudar de voz alta ou até mesmo formas de falar em voz alta o que está sendo aprendido. Outros possuem um estilo de aprendizagem visual, tendo um aproveitamento maior em trabalhos escritos, com figuras e individuais. Há também o estilo cinestésico visual-auditivo, no qual o estilo de aprendizagem não é definido, estudam em movimento, ou fazendo outro tipo de tarefa.

Nesse sentido, o estilo de aprendizagem do público autista é mais voltado para o visual, apoiando-se em atividades compostas por imagens nítidas e diretas do tema que está sendo proposto. As tarefas devem ser decompostas em pequenas partes que sejam visualmente distintas. O ensino para pessoas com autismo deve ser, portanto, individualizado, buscando sempre entender o que a criança já sabe e fazer uma ponte com os novos conhecimentos.

Assim, devemos fazer um processo de aprendizagem construtivo, no qual o professor deve ser a ponte desse conhecimento, dando autonomia e possibilitando a criatividade nos seus alunos.

Na realidade autista, o educador deve, portanto, se lançar a esse mundo, buscando métodos e técnicas que surtam efeito no seu processo de ensino-aprendizagem, porém é válido ressaltar que as possibilidades de ensino não são as mesmas para todas as crianças, tendo em vista que cada uma possui necessidades e especificidades que precisam ser levados em consideração nesse momento de construção do conhecimento.

Para que haja uma aprendizagem efetiva, é necessário que o educador estabeleça vínculos afetivos com essa criança, proporcionando-lhe segurança e compreensão. Essa prática é imprescindível, já que:

[...] as relações de mediação feitas pelo professor, durante as atividades pedagógicas, devem ser sempre permeadas por sentimentos de acolhida, simpatia, respeito e apreciação, além de compreensão, aceitação e valorização do outro; tais sentimentos não só marcam a relação do aluno com o objeto de conhecimento, como também afetam a sua auto imagem, favorecendo a autonomia e fortalecendo a confiança em suas capacidades e decisões. (Leite; Tassoni, 2002, p. 20)

Além disso, é importante que durante o estabelecimento de vínculo entre o professor-aluno haja a observação, o adulto deve se atentar aos interesses da criança e use-os futuramente nas aplicações de atividades, assim, será mais atrativo para a aprendizagem.

Durante a educação infantil, a aprendizagem da criança com TEA precisa ser voltada para o estímulo de habilidades relacionadas à vida diária, como a criação de rotina durante o período escolar, regras de convivência, como respeitar os colegas, o professor e o horário de cada atividade, por exemplo. Esse entendimento de rotina escolar, pode ser efetivado a partir de imagens, facilitando, assim, o entendimento da criança diante de tais propostas e exercendo-as de maneira funcional.

De acordo com Barbosa (2006), a rotina escolar durante a Educação Infantil é definida a partir da sequência de atividades pedagógicas, que vai possibilitar que a criança se oriente na relação tempo-espaço. Percebe-se, então, a importância na definição da estrutura do processo de ensino e aprendizagem, pois uma rotina adequada torna-se um instrumento facilitador da aprendizagem.

A rotina deve ser organizada de maneira a favorecer o desenvolvimento da criança, bem como o suprimento das necessidades básicas, considerando prioritariamente as especificidades das crianças. Ela permite que a criança e principalmente a criança autista, entenda, desenvolva sua independência e autonomia, além de estimular a socialização.

Nessa etapa, é primordial também os estímulos relacionados à psicomotricidade, através de brincadeiras e musicalização, por exemplo. Teixeira (2013, p. 181) pontua que essas atividades desenvolvem habilidades motoras e corporais, facilitando, também, a inclusão e socialização dessas crianças nesses momentos. Atividades corporais de noção espacial também são fundamentais para esse processo, como subir, descer, andar para trás ou para frente. Desse modo, entende-se que é de extrema importância para as crianças autistas na educação infantil uma aprendizagem voltada para a imitação, percepção e motricidade.

Existem, também, diferentes formas de diminuir a tensão e a ansiedade desse público, a partir do contato com diferentes superfícies de texturas, profundidade, altura, ou largura. Para o estímulo da motricidade fina, podem ser usados diferentes instrumentos, como cita Cunha (2015, p.63):

Um recurso estimulante para alunos autistas é a técnica de rasgar jornal e brincar com água para aliviar tensões e desenvolver coordenação motora fina; usar tinta para rabiscar papéis indiscriminadamente com os dedos em forma de pinça, a fim de desenvolver a “pega do lápis”; subir escadas para atividades motoras mais amplas. (Cunha, 2015, p. 63)

O processo de ensino e aprendizagem deve ser, portanto, experienciado pelo aluno e observado pelo professor, devendo ser focado na socialização, no desenvolvimento e na consciência de si, mas também do outro que constitui o mesmo ambiente. É importante o conjunto de interações nesse momento, constituído entre aluno-professor, aluno-aluno e escola-família.

## 2.3 A legislação

A educação inclusiva infantil é um direito, como também é dever do Estado garantir essa consolidação. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Entende-se assim que a educação infantil é primordial para o desenvolvimento de uma criança, sendo ainda mais importante para crianças diagnosticadas com autismo. É durante essa fase, que suas limitações sociais e comunicacionais são evidenciadas, e é ainda nesse período que os profissionais devem investir em estímulos específicos para essas crianças. Assim como cita o Artigo 59 da LDB: Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades. (BRASIL, 1996).

A participação integral dessas crianças na interação e nos momentos de aprendizagem, são de suma importância para o seu desenvolvimento. É, então, dever do adulto prover a valorização da interatividade dentro das limitações de cada um, respeitando cada particularidade. Nesse sentido, para garantir a inclusão é necessário que o docente veja o aluno de forma integral, trabalhando através da socialização e em atividades lúdicas, sendo indispensável a participação da família nesse processo.

A educação, dessa maneira, é essencial para a criança autista na educação infantil, sendo assegurada pela Constituição Federal promulgada em 05 de outubro de 1988 que, em seu artigo 208 relata que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988). Nesse sentido, Paulo Freire defende uma educação inclusiva, porém, sua proposta abrange outros públicos, pensando numa educação digna e sem discriminações. Assim ele se posiciona:

Aceitar e respeitar a diferença é uma dessas virtudes sem o que a escuta não se pode dar. Se discrimino o menino ou menina pobre, a menina ou o menino negro, o menino índio, a menina rica; se discrimino a mulher, a camponesa, a operária, não posso evidentemente escutá-las e se não as escuto, não posso falar com eles, mas a eles, de cima para baixo. Sobretudo, me proíbo entendê-los. Se me sinto superior ao diferente, não importa quem seja, recuso-me escutá-lo ou escutá-la. O diferente não é o outro a merecer respeito é um isto ou aquilo, destrutável ou desprezível. (Freire, 1996, 29).

Considerando a educação como um direito de todas as pessoas, independente de gênero, etnias, classe social ou cultura, pessoas com deficiência ou não, deve ser garantido o acesso ao conhecimento para que estas sintam-se adaptadas ao ambiente no qual estão inseridas.

Assim como exposto anteriormente, O artigo 205 da CF ( Constituição Federal de 1988) prevê a educação como um direito de todos, exercendo a cidadania e a qualificação para o trabalho. Visa, assim, um bom desenvolvimento pessoal e preparação para a vida em sociedade. Desse modo, a inserção da criança com deficiência na educação tem como objetivo facilitar sua autonomia e convivência com o meio social.

Para Lopes (2016), o ambiente inclusivo deve ser “o melhor exemplo do que seria a escola como um bem público levado às suas últimas consequências”, sendo importante que as escolas usem metodologias de ensino que inclua todos, e que as crianças com deficiência tenham acesso a uma educação com sentido e direcionada para suas necessidades, melhorando a qualidade de vida de cada uma (Lopes, 2016).

A educação inclusiva foi estabelecida em alguns quesitos e algumas leis foram imprescindíveis para isso. Mas é necessário entender que ainda é um processo em busca de ser alcançado. É um ideal buscado por muitas famílias, no Brasil e em outros países. A professora e pesquisadora Maria Mantoan cita que a educação para se tornar inclusiva:

Ela deve ter como princípio básico desenvolver uma pedagogia capaz de educar e incluir todos aqueles com necessidades educacionais especiais e os que apresentam dificuldades temporárias ou permanentes, pois a inclusão não se aplica apenas aos alunos que apresentam algum tipo de deficiência (Mantoan, 2008, p. 143)

Dessa forma, entende-se que, toda e qualquer instituição que tem como objetivo formar pessoas, trabalhem a autonomia, a liberdade e a experiência de reflexão e aprendizagem, a partir do subjetivo de cada indivíduo, focando também, na empatia durante o processo de aquisição de conhecimento de cada um.

A Lei 12.764/2012, conhecida como a Lei Berenice Piana, sancionada no governo da ex-presidente Dilma Rousseff institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Um grande passo para que esses direitos iniciem sua concretização efetiva, a Lei estabelece diretrizes para que sua execução seja alcançada. Logo, a Lei define que o autismo é:

§ 1º Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II:

I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

§ 2º A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais (BRASIL, 2012).

Para uma boa qualidade de vida desses indivíduos, é necessário um acompanhamento especializado contínuo, com intervenções partindo dos professores, psicopedagogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, treinamento de habilidades e medicamentos, caso necessário. Esses fatores, ajudam na qualidade de vida e na adaptação do meio social em que esse sujeito vive (Teixeira, 2013, p. 179).

Assim, é necessário que os direitos previstos sejam cumpridos, para a consumação do desenvolvimento dessa criança. Segundo a lei Berenice Piana, são direitos do autista:

Art. 3º São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:

I - a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;

II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;

III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo:

a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo;

b) o atendimento multiprofissional;

c) a nutrição adequada e a terapia nutricional;

d) os medicamentos;

e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;

IV - o acesso:

a) à educação e ao ensino profissionalizante;

b) à moradia, inclusive à residência protegida;

c) ao mercado de trabalho;

d) à previdência social e à assistência social (BRASIL, 2012).

A Lei prevê ainda, no artigo 7º, que a autoridade competente da instituição de ensino que recusar a matrícula do aluno com TEA, ou qualquer outra deficiência, será punido com multa. Desse modo, é essencial que o foco das instituições de ensino seja a inclusão, obtendo resultados como a aprendizagem e aptidão de convivência com a sociedade. Sendo assim, educar é ajudar a criança a tomar consciência de si, dos outros, da sociedade em que se vive e também do seu papel dentro dela.

### 3 Composição Metodológica da Pesquisa

O método de pesquisa é importante, pois orienta o caminho em que os estudos irão prosseguir ao longo da investigação para que assim sejam alcançados os objetivos já traçados.

Nessa perspectiva, a metodologia de pesquisa diz respeito ao percurso no qual o pesquisador deverá realizar para organizar suas investigações durante o período de pesquisa científica, que é baseada nos referenciais teóricos que fundamentam determinado tema. Nesse sentido, a metodologia é de fundamental importância, pois direciona o pesquisador de acordo com os critérios científicos e os pressupostos teóricos abordados.

Diante do tema proposto para a pesquisa, O objetivo geral foi analisar os benefícios da inclusão e da participação da criança autista na fase da educação infantil e refletir sobre os entraves que ainda interferem neste processo, sendo desse modo de caráter qualitativa. Os objetivos específicos foram: compreender os entraves que ainda interferem para que haja a inclusão, interação e aprendizagem nesta etapa; compreender os desafios que os docentes vivenciam para praticar a inclusão; e analisar os benefícios da inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) durante a fase da primeira infância na educação infantil.

Para Minayo (2002) a pesquisa qualitativa se refere a questões particulares, apropriada para as ciências sociais, apresentando um nível de realidade que não pode ser quantificado.

Ainda segundo Minayo (2002) a pesquisa qualitativa “se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, de motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes.” Considerando isso, a pesquisa se define por uma abordagem qualitativa, devido às relações estabelecidas entre o meio e os sujeitos envolvidos, permeados pela subjetividade.

O estudo foi realizado a partir de pesquisas bibliográficas, analisando, dessa forma, as bibliografias publicadas através de artigos científicos imprescindíveis para o entendimento de tal temática. Dessa maneira, de acordo com Gil (2007) a pesquisa bibliográfica, parte dos princípios da investigação sobre ideologias e também propõe a análise das diversas posições acerca de um tema ou problema.

O processo de conhecimento teórico sobre o tema de pesquisa é iniciado pelo pesquisador através da pesquisa bibliográfica. Isso possibilita a construção de uma base teórica sólida e confiável, onde conceitos essenciais são identificados para sustentar o desenvolvimento da pesquisa proposta. Em tese, a pesquisa bibliográfica é imprescindível no processo de construção de um trabalho científico, de acordo com Gil (2008):

Qualquer que seja a pesquisa, a necessidade de consultar material publicado é imperativa. Primeiramente, há a necessidade de se consultar material adequado à definição do sistema conceitual da pesquisa e à sua fundamentação teórica. Também se torna necessária a consulta ao material já publicado tendo em vista identificar o estágio em que se encontram os conhecimentos acerca do tema que está sendo investigado (Gil, 2008, p. 75).

Em resumo, a pesquisa bibliográfica desempenhou um papel crucial neste trabalho, uma vez que a temática abordada é de grande relevância e conta com um extenso corpo de estudos que proporcionam novas reflexões. O autismo e a inclusão na escola suscitam diversas reflexões e debates, e a pesquisa bibliográfica permitiu que este trabalho oferecesse diversas contribuições sobre a compreensão do autismo, a formação da aprendizagem na educação infantil a partir da inclusão, os entraves que ainda permeiam a temática e as legislações pertinentes a essas questões.

#### **4 Apresentação e Análise dos Dados Resultados**

Com o intuito de identificar as principais contribuições científicas acerca do tema principal, o presente artigo teve como intenção realizar uma revisão de alguns estudos referentes à educação inclusiva de crianças autistas na educação infantil, assim como, seus desdobramentos, desafios e benefícios ao público referido.

Nesse sentido, foram efetuadas pesquisas, mais especificamente artigos científicos, voltados para a área de Educação inclusiva, tendo como metodologia o estudo de caso, já que foi de suma importância analisar as pesquisas que foram feitas nas escolas. Tais buscas, foram realizadas através de sites, como o Scielo e Google Acadêmico, tendo como requisito, publicações entre os anos 2015 a 2023, datas necessárias para observar os progressos e entraves mais atuais do tema em destaque. As pesquisas foram filtradas exclusivamente para o Brasil, com o objetivo de analisar as demandas específicas do país.

Para a realização das pesquisas, foram usadas as chaves “educação infantil, autismo e inclusão”. No Scielo foi encontrado apenas 1 resultado, utilizado na pesquisa, já que se tratava de desdobramentos enfrentados pelos docentes, suas práticas e o desenvolvimento da criança diante do seu ponto de vista, tal achado foi fundamental para elencar as dificuldades e a realidade que perpassam os professores da educação infantil, que possuem alunos com TEA.

No Google Acadêmico, foi possível encontrar cerca de 16.000 resultados com as mesmas chaves e os mesmos filtros. No entanto, após uma revisão dos temas e/ou resumos, foi possível realizar um grande apanhado de estudos que ligeiramente não se encaixavam no que se estava buscando. Os critérios, como relevância do conteúdo e encaixe com a pesquisa e a delimitação apenas de artigos científicos.

Na tabela 2 a seguir, é possível encontrar os principais dados das pesquisas selecionadas para o estudo, seguindo a ordem do tema, autor, ano de publicação e pesquisa adotada. Além disso, a pesquisa será separada em dois quadros, um para cada hipótese da discussão de pesquisa.

- Compreender os desafios que os docentes enfrentam para realizar práticas inclusivas com crianças autistas.

**Tabela 2: revisão de literatura.**

Caracterização do acervo de revisão, segundo o autor e ano de pesquisa adotada, 2015 a 2023.		
Tema	Autor/Ano	Tipo de pesquisa
A inclusão de crianças com autismo na educação infantil: desafios no processo de aprendizagem	Cabral; Oliveira; Souza, 2002	Pesquisa exploratória
A inclusão do autista a partir da educação infantil: um estudo de caso em uma pré-escola e em uma escola pública no município de Sinop – Mato Grosso	Brito, 2015	Estudo de caso

Fonte: própria autoria

- Analisar os benefícios da inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) durante a fase da primeira infância na educação infantil.

Caracterização do acervo de revisão, segundo o autor e ano de pesquisa adotada, 2015 a 2023.		
Tema	Autor/Ano	Tipo de pesquisa
Inclusão e autismo: relato de caso sobre o trabalho com uma criança na educação infantil	Teixeira; Ganda, 2019	Estudo de caso

## 4.2 Resultados e discussões

Os resultados das pesquisas foram obtidos a partir dos dois itens listados abaixo, para que esses itens sejam esclarecidos, será necessário analisá-los de acordo com os artigos selecionados anteriormente. Estes itens serão detalhados conforme as pesquisas sobre os autores estudados.

**Item 1** - Compreender os desafios que os docentes enfrentam para realizar práticas inclusivas com crianças autistas.

**Item 2** - Analisar os benefícios da inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) durante a fase da primeira infância na educação infantil.

Das pesquisas mencionadas acima, apenas duas abordam o tema do **item 1**, que explicitam as dificuldades dos docentes, através de pesquisas. Os autores são, Cabral, Oliveira e Souza, 2002 Brito, 2015. Tais pesquisas, foram selecionadas pelo fato de que abordam com seus estudos de caso, informações importantes acerca dos desafios e entraves que ainda dificultam uma prática inclusiva com as crianças autistas.

Ao analisar as condições de ensino oferecidas pela escola, Cabral, Oliveira e Souza (2002), apresentam um depoimento de uma professora chamada por Ana, diz que “Na minha visão são oferecidas poucas condições para trabalhar”. Ela diz também que, mesmo havendo uma professora capacitada na sala de recursos multifuncionais, são muitas demandas para uma única pessoa dar o suporte necessário, considerando a escola falha nesse sentido (Cabral, Oliveira e Souza, 2022).

Em outro depoimento, a professora nomeada de Maria, explica que em sua sala do infantil 3, existem crianças com laudo e também crianças que possuem características do autismo e que precisam de investigação, ela reclama da superlotação na sua sala de aula e não são oferecidos recursos como jogos, e os brinquedos que possuem já estão defasados. A professora ainda diz que, não se tem nem mesmo apoio para acompanhar essas crianças, se tornando inviável, já que a professora encontra-se sozinha para ministrar suas aulas, todos os alunos e as especificidades das crianças com TEA na sala de aula (Cabral, Oliveira e Souza, 2022).

A partir desses relatos, é notável uma grande falha nessa rede municipal de ensino, em relação às condições dadas para o trabalho da professora polivalente, a qual desempenha um trabalho desafiador, dificultando sua atenção e suporte para com a criança autista, sendo essa, uma das principais problemas para o desenvolvimento e para a aprendizagem do estudante.

De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, em seu cap. 4º, deve estar assegurado em todos os níveis de educação a inclusão, consolidando um ambiente capaz de alcançar o máximo de desenvolvimento possível, nos “seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem” (BRASIL, 2015).

Ainda há grandes empecilhos quando se fala em educação inclusiva, por diversos fatores, alguns destes são citados por Mantoan, 2003.

Infelizmente, não estamos caminhando decisivamente na direção da inclusão, seja por falta de políticas públicas de educação apontadas para estes novos rumos, seja por outros motivos menos abrangentes, mas relevantes, como pressões corporativas, ignorância dos pais, acomodação dos professores. (Mantoan, 2003, p.31)

Mais adiante, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, no art. 28º, define que o poder público deve assegurar a oferta de profissionais de apoio escolar. Essa pessoa, destinada como apoio à criança com deficiência, deve ter seu trabalho voltado para a inclusão, proporcionando atividades de alimentação, locomoção, higiene e todas as atividades voltadas para a educação (BRASIL, 2015).

Assim, o aluno terá a possibilidade de desenvolver suas capacidades e habilidades. Nessa conjuntura, as professoras não passarão pela sobrecarga de atuar sozinha nesse contexto, porém, sua referência, atenção e disponibilidade para realização das atividades em conjunto com a criança autista é fundamental para criar e desenvolver o estreitamento de vínculo.

Nesse sentido, é nítido o quanto é necessário a presença de apoios em sala de aula, deixando o dia a dia dos professores menos desgastante, promovendo uma melhor funcionalidade na sala de aula.

Assim, para que isso aconteça é necessário o envolvimento e o investimento do poder público, tendo ciência de que este entrave, é um grande ponto para a inclusão fluir no espaço escolar.

No segundo estudo selecionado, a pesquisa realizada também aponta indícios de que o apoio de profissionais dedicados às crianças com TEA, ou com alguma deficiência, ainda necessita de melhoras.

Para a professora chamada de Professora (1), outro fator que dificulta o desenvolvimento e a assistência da criança em sala de aula é: “a sua adaptação com as monitoras, pois estão sempre sendo trocadas” (Brito, 2015).

Crianças autistas em sala de aula, necessitam de rotinas pré-definidas, a entrada e saída de pessoas destinadas ao suporte, dificulta o entendimento e a criação de vínculo com esse indivíduo. Nesse sentido, entende-se que, a falta de formação para esses profissionais também é um fator a ser observado, pois são dispostas pessoas sem formação e sem ciência do que se trata o transtorno, isso dificulta o entendimento e uma possível janela maior de tempo do apoio com a criança.

A relação do adulto mediador com a criança, deve ser baseada na compreensão e na acolhida, favorecendo um ambiente tranquilo e disponível para a aprendizagem. Assim como menciona Leite e Tassoni, 2002:

[...] as relações de mediação feitas pelo professor, durante as atividades pedagógicas, devem ser sempre permeadas por sentimentos de acolhida, simpatia, respeito e apreciação, além de compreensão, aceitação e valorização do outro; tais sentimentos não só marcam a relação do aluno com o objeto de conhecimento, como também afetam a sua auto imagem, favorecendo a autonomia e fortalecendo a confiança em suas capacidades e decisões. (Leite; Tassoni, 2002 p. 20)

Compreende-se, assim, que para facilitar o desenvolvimento das crianças com autismo, faz-se necessário desempenhar métodos e técnicas capazes de fortalecer a relação entre mediador-aluno.

A professora denominada como Professora (3), demonstra certa apreensão quanto ao seu primeiro aluno autista, depois de muitos anos em sala de aula. Ela comenta que: “Fiquei um tanto apreensiva, pois, em nove anos de docência nunca tinha recebido um aluno com necessidade especial e o novo sempre nos deixa inseguros” (Cabral, Oliveira e Souza, 2022).

Diante de novos desafios, é compreensível anseios para lidar com a novidade, porém, se todos os docentes tivessem a oportunidade de passar por formações completas acerca da educação inclusiva, subte-se que a chegada de crianças com deficiência em sala de aula não seria um motivo de apreensão, pois, já haveria uma base teórica para ser seguida.

Após ser questionada sobre a importância da educação inclusiva para a criança autista, a professora denominada como Professora (2), responde que: “acredito que alguns conceitos deveriam ser revistos em relação à inclusão, não só do autista, mas em relação a todos, pois é bastante difícil conseguir algum desenvolvimento com estas crianças em sala ‘normal’”(Brito, 2015).

Fica evidente que, mesmo diante de um grande processo de inclusão, ainda há empecilhos em sala de aula, seja pela falta de profissionais de apoio, seja pela ausência de acompanhamento, e de formação continuada. Estes, são de fato fatores que fazem parte dos desafios para obter uma educação inclusiva justa e igualitária.

Diante do exposto, é necessário refletir sobre o desenvolvimento do aluno em sala de aula, pois apesar de suas limitações e níveis de suporte, a pessoa com autismo possui grandes chances de desenvolver-se, nos âmbitos sociais e educacionais. Entretanto, esses desenvolvimentos dependem da quantidade e qualidade dos investimentos que lhes são proporcionados.

Dessa forma, se torna evidente os desafios apresentados diante do dia a dia das professoras em sala de aula, como a falta de recursos e até mesmo de profissionais capacitados e apoios. É importante salientar que, mesmo diante de todos os avanços, a educação inclusiva ainda está um pouco distante do ideal, sendo necessário, a intervenção do poder público para sanar as principais dificuldades que são enfrentadas.

**Item 2** - Analisar os benefícios da inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) durante a fase da primeira infância na educação infantil.

Para a realização da segunda discussão, houve poucas pesquisas relacionadas ao tema principal, vários trabalhos foram analisados, porém, apenas 1 se tratou dos benefícios da inclusão da criança com autismo na educação infantil.

Neste estudo de caso, a autora relata que era o apoio da criança autista citada, antes mesmo de exercer essa função, fez buscas e estudos relacionados ao transtorno, para que assim, facilitasse sua compreensão e sua forma de lidar com o aluno. Diante de suas observações, ela relata que:

O aluno não conseguia fazer fila na entrada, pois o barulho do sino o incomodava, não entrava na sala e quando entrava ficava sentado no chão de baixo da mesa... Fazia todas as necessidades fisiológicas na roupa ou no jardim da escola. (Teixeira; Ganda, 2019)

A autora explica que começou a lhe ensinar tudo, dando prioridade a sua rotina e aos combinados de sala, sendo explicados de forma clara e objetiva. Após alguns dias de investimentos, já pode obter resultados:

Após 15 dias ele começou a sentar e usar o banheiro. Fiquei feliz por esta conquista dele e dei um prêmio de motivação. A partir disso o aluno passou a fazer fila, entrar na sala, sentar e ir ao banheiro, processo que aconteceu gradativamente (Teixeira; Ganda, 2019).

Assim como cita Barbosa (2006), a rotina escolar na Educação Infantil é estabelecida por uma sequência de atividades pedagógicas, a qual permite que a criança se situe no tempo e no espaço. Para as crianças autistas, a rotina escolar traz entendimento do tempo na escola e lhe permite desenvolver independência e autonomia ao momento em que saberá o que será feito.

Um profissional devidamente formado, seja professor ou apoio, tem a função justamente de trabalhar essas possíveis potencialidades das crianças. A autora relata que:

Percebi que ele tinha hipersensibilidade auditiva, o que é comum em crianças autistas. Devido a isso comecei a trabalhar os sentidos com ele, dando ênfase maior na audição. Trabalhei o som dos animais, barulho do trânsito, o som de ambientes calmos, usando a discriminação auditiva, mas sempre respeitando seu próprio limite e o elogiando. (Teixeira; Ganda, 2019)

É essencial utilizar-se de estímulos e estratégias para a realização de atividades benéficas a essas crianças, mas, assim como Teixeira e Ganda (2019) pontuam, é necessário respeitar e saber o limite do outro. As autoras ainda comentam que:

Ensinei-o a pegar no lápis depois de muitas atividades de coordenação motora fina (rasgar papel, fazer bolinhas, fazer rabiscos com o giz de cera, colocar canudinho cortado no barbante) dentre outras(...). Em cada tentativa de atividades que eu preparava de acordo com o planejamento da professora, ele sempre gostava, o que foi gerando interesse em aprender e de uma maneira significativa (Teixeira; Ganda, 2019)

Assim como cita Cunha 2015, existem algumas técnicas e atividades que ajudam a diminuir a tensão e a ansiedade e ainda trabalham a coordenação motora fina dessas crianças.

Um recurso estimulante para alunos autistas é a técnica de rasgar jornal e brincar com água para aliviar tensões e desenvolver coordenação motora fina; usar tinta para rabiscar papéis indiscriminadamente com os dedos em forma de pinça, a fim de desenvolver a “pega do lápis”; subir escadas para atividades motoras mais amplas. (Cunha, 2015, p. 63)

É perceptível o quanto a inclusão de crianças autistas na educação infantil é benéfica para o desenvolvimento integral do indivíduo, já que, grande parte das vezes, esses alunos não possuem a oportunidade de frequentar centros terapêuticos para que fortaleçam suas habilidades e diminuam suas dificuldades. Essa ausência sobrecarrega as famílias que também não possuem instruções suficientes para utilizar o manejo adequado com suas crianças.

Este estudo de caso, apresentou de forma rica em detalhes, os desdobramentos para que houvesse a inclusão escolar. Foi possível observar, como é impactante e benéfico para a criança, a estruturação de rotina e de atividades adaptadas e inclusivas. Os resultados obtidos, são frutos de bons investimentos, que foram refletidos no avanço da aprendizagem, da autonomia e da socialização.

Diante das pesquisas realizadas para a construção desse estudo, é de fundamental importância pontuar que ainda são escassos os estudos que trazem os avanços das crianças com autismo em decorrência da educação infantil. Estudos de casos como esse, são imprescindíveis para a valorização a inclusão e a permanência dessas crianças neste espaço tão rico em aprendizados e experiências.

## **5 Considerações Finais**

Em síntese, foi considerado após as pesquisas realizadas, que o autismo é um Transtorno do desenvolvimento, caracterizado por atrasos na interação social, cognição e linguagem. Esses atrasos, são percebidos em diferentes níveis de dificuldades, chamados de níveis de suporte, que podem diferenciar de pessoa para pessoa, tendo cada um, demandas específicas que necessitam ser estimuladas de acordo com suas dificuldades.

Dadas as características do autismo, foi de fundamental importância, refletir sobre a inclusão deste público na escola desde cedo. O contato e a frequência de crianças com autismo na educação infantil, tem um papel crucial para o desenvolvimento, sendo nessa fase, que as crianças têm o primeiro contato com o convívio em grupo, estímulos sensoriais, atividades motoras e pedagógicas.

Diante da importância da inserção desse público na educação infantil, algumas leis foram destacadas no estudo, a fim de consolidar e fortalecer a assiduidade dessas crianças. Sendo assim, é dever do Estado proporcionar profissionais de apoio, formações continuadas e recursos pedagógicos inclusivos para facilitar a aprendizagem e o desenvolvimento.

Com o intuito de elucidar o objetivo deste trabalho, que foi delimitado no tópico: analisar os benefícios da inclusão e da participação da criança autista na fase da educação infantil e refletir sobre os entraves que ainda interferem neste processo. Os objetivos específicos desta pesquisa foram: compreender os entraves que ainda interferem para que haja a inclusão, interação e aprendizagem nesta etapa; compreender os desafios que os docentes vivenciam para praticar a inclusão; e analisar os benefícios da inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) durante a fase da primeira infância na educação infantil. Todos os objetivos foram alcançados, durante as pesquisas, no entanto, ainda são precisos mais estudos relacionados aos benefícios da inclusão na educação infantil.

Ao término desta pesquisa, é compreensível que foi de suma importância abordar essa temática. A fase da primeira infância é essencial para a consolidação do ser humano, cheio de descobertas, a criança mergulha em novos conhecimentos a todo momento.

Assim, partindo desse pressuposto, a educação infantil aprimora ainda mais esses conhecimentos, sendo importante para toda criança e neste trabalho, foi ressaltado essa importância para a vida das crianças autistas. Porém, através dos estudos, ficou evidente que mesmo após grandes avanços, ainda são necessários investimentos nessa área para se tornar verdadeiramente inclusiva.

Os resultados revelaram uma série de desafios significativos: a falta de preparação dos professores para interagir com o público, a ausência de profissionais de apoio nas instituições e a escassez de recursos didáticos para a realização de atividades e brincadeiras. Embora essas questões tenham sido identificadas em apenas duas escolas públicas evidenciadas nesta pesquisa, é evidente que elas não são exclusivas dessa instituição. De fato, representam um problema comum enfrentado não apenas pelas crianças, mas também por suas famílias e pelo corpo docente das escolas, que buscam soluções para melhorar a situação.

Diante das consideráveis dificuldades mencionadas anteriormente, é crucial destacar os benefícios de uma inclusão efetiva nas escolas. Os resultados positivos observados mostram que, quando uma criança autista é acompanhada por um profissional de apoio durante a educação infantil, ocorrem avanços significativos. A colaboração entre esse

profissional e a professora polivalente resultou em melhorias notáveis, incluindo a manutenção de uma rotina estruturada, o desenvolvimento de habilidades de Atividades de Vida Diária (AVD), e avanços tanto no âmbito pedagógico quanto social.

Os estudos discutidos ao longo desta pesquisa foram fundamentais para o desenvolvimento do trabalho, assim como os estudos de caso utilizados na análise de dados. Com base nessas considerações, recomenda-se que futuras pesquisas incluam estudos de caso detalhados, relatando os avanços percebidos ao longo do período, para que assim, possa destacar os benefícios da inclusão e da frequência na educação infantil para crianças autistas. Esses estudos poderão fornecer percepções valiosas para refletir e planejar uma educação mais eficiente e adaptada às necessidades desses alunos.

## Referências

AJURIAGUERRA, J. **Manual de Psiquiatria Infantil**. Barcelona: Toray-Masson, 1977.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and statistical manual of mental disorders (DSM-5)**. Washington, D.C.: APA, 2013.

BAPTISTA, Cláudio Roberto; BOSA Cleonice; e colaboradores. **Autismo e educação: reflexões e propostas de intervenção**. Porto Alegre, Artmed, 2002.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Por amor e por força: rotinas na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BOSA, Cleonice; CALLIAS, Maria. **Autismo: breve revisão de diferentes abordagens**. *Psicol. Reflex. Crit.* V. 13 n. 1 Porto Alegre, 2000.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado Federal. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Lei Estatuto *da Pessoa com Deficiência*. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm).

BRASIL. Ministério da saúde. **Transtorno do Espectro Autista: entenda os sinais**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/agosto/transtorno-do-espectro-autista-entenda-os-sinais>. Acesso em: 30 de janeiro de 2024.

BRASIL. Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista: e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Brasília: Casa Civil, 2012.

BRITO, Elaine. A INCLUSÃO DO AUTISTA A PARTIR DA EDUCAÇÃO INFANTIL: um estudo de caso em uma pré-escola e em uma escola pública no município de Sinop - Mato Grosso. Revista Eventos Pedagógicos, 2015.

CABRAL, Camila; OLIVEIRA, Jessyca; SOUZA, Natália. A inclusão de crianças com autismo na educação infantil: desafios no processo de aprendizagem. [s.l.: s.n.], [s.d.].

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família**. 6 ed. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAMÔNICA, Dionísia Aparecida Cusin. **Utilização de variações da técnica do ensino incidental para promover o desenvolvimento da comunicação oral de uma criança diagnosticada autista**. Bauru, USC, 1992.

LEITE, Sérgio Antônio da Silva; TASSONI, Elvira Cristina Martins. **A afetividade em sala de aula: as condições de ensino e a mediação do professor**. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/alle/textos/SASL-AAfetividadeemSaladeAula.pdf>. Acesso em 02 de fevereiro de 2024.

LOPES, M. **Educação inclusiva é educação para todos**. PORVIR – Inovações em Educação. São Paulo, 2016.

MANTOAN, Maria. **INCLUSÃO ESCOLAR O que é? Por quê? Como fazer?**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2008.

MELO, S. A.; SOARES, M. E. **Processo de ensino aprendizagem de crianças autistas: estudo de caso em Goiânia-GO**; Goiânia: Revista Acadêmica Educação e Cultura em Debate: 2021.

MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisa social**. 25. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2002.

TAMANAHÁ, Ana Carina; Perissinoto, Jacy; Chiari, Brasília Maria. **Uma breve revisão histórica sobre a construção dos conceitos do Autismo Infantil e da síndrome de Asperger**. Rev. soc. bras. fonoaudiol. V.13 n.3 São Paulo 2008.

TEIXEIRA, Gustavo. **Manual dos transtornos escolares: Entendendo os problemas de crianças e adolescentes na escola**. 2 ed. Rio de Janeiro: Best Seller, 2013.

TEIXEIRA, Maira; GANDA, Danielle. **INCLUSÃO E AUTISMO: relato de caso sobre o trabalho com uma criança na educação infantil**. Psicologia e Saúde em Debate, 2019.

WING, Lorna (1988) **The Continuum of autistic characteristics**. Em-E. Schopler & G. B. Mesibov(org.), diagnosis and Assesment in autism. Plenum Press.